

J7

**CLASSIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO “LUZ – BOLETIM PAROQUIAL DA FREGUESIA DE REDINHA”**

(Aprovada na reunião plenária de 10.OUT.2001)

1 – O Instituto da Comunicação Social solicitou à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), 22 de Junho de 2001, ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto (Lei da AACS), a classificação da publicação periódica “Luz – Boletim Paroquial da Freguesia de Redinha”.

Em anexo a este ofício são remetidas cópias dos seguintes documentos:

1.1 - Declaração da Direcção da publicação de que esta é posta a venda no distrito de Pombal, e que é remetida por assinatura para todo o território nacional, e ainda para os seguintes países: Brasil, Venezuela, Estados Unidos da América, Suíça, e países da União Europeia.

1.2 - Acompanham ainda o mesmo ofício um exemplar das edições nºs 407, 408 e 410 datadas respectivamente de Janeiro, Maio e de Fevereiro de 2000.

O nº 408 insere, na 3ª página o Estatuto Editorial de acordo com o estipulado na Lei de Imprensa, onde entre outros, “compromete-se a respeitar os princípios deontológicos da imprensa e a ética profissional, nem abusar da boa fé dos leitores, encobrindo ou deturpando a informação”.

2 – Informa o periódico que se edita anualmente e, de acordo com o nº 1 do artigo 11º Lei de Imprensa (Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro), são periódicas “as publicações editadas em série contínua sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo”, pelo que é uma publicação periódica.

3 – Ainda a Lei de Imprensa considera publicações portuguesas “as editadas em qualquer parte do território português (...), sob marca e responsabilidade de editor português” (...), (artigo 12º). Face à declaração mencionada em 1.1., o “Luz – Boletim Paroquial da Freguesia de Redinha” é uma publicação portuguesa.

4 – Relativamente ao seu conteúdo, o artigo 13º da mesma Lei, classifica as publicações como doutrinárias ou informativas.

Explicita o nº 1 do referido artigo que as publicações doutrinárias são “aquelas que, pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem, visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso”.

Acrescenta o nº 2 deste artigo que são informativas “as que visem predominantemente a difusão de informação ou notícias”.

Refere ainda o nº 3 do mesmo artigo que são de informação geral as publicações “que tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou

5729

*informações de carácter não especializado” e o nº 4 que são de informação especializada “as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, literária, artística ou desportiva.*

A partir dos exemplares disponibilizados pelo ICS a esta Alta Autoridade, pode verificar-se que, pela diversidade e tipos de assuntos tratados em artigos, reportagens e entrevistas, a publicação periódica “Luz – Boletim Paroquial da Freguesia de Redinha” apresenta características de informação geral.

5 – Quanto à expansão, o artigo 14º da Lei de Imprensa define como publicações de âmbito nacional “*as que, tratando predominantemente temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional*” (nº 1), publicações de âmbito regional “*as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais*” (nº 2) e publicações destinadas às comunidades portuguesas no estrangeiro, “*as que, sendo portuguesas nos termos do artigo 12º, se ocupem predominantemente de assuntos a elas respeitantes*” (nº3).

Dado o tipo de informação que divulga e o âmbito da sua difusão, considera-se que o “Luz – Boletim Paroquial da Freguesia de Redinha” é uma publicação de âmbito regional.

6 - Assim, de acordo com o disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, e ao abrigo das citadas disposições conjugadas da Lei de Imprensa, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera classificar o “Luz – Boletim Paroquial da Freguesia de Redinha” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional.

***Esta classificação foi aprovada por unanimidade com votos a favor de Fátima Resende (Relatora), Juiz-Conselheiro Armando Torres Paulo (Presidente), Sebastião Lima Rego, José Garibaldi, Joel Frederico da Silveira, Maria de Lurdes Monteiro e José Manuel Mendes***

Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 10 de Outubro de 2001

O Presidente

*Armando Torres Paulo*

Armando Torres Paulo  
Juiz-Conselheiro

FR-IV/CC

5730